

Livros para a escola primária carioca no século XIX:

produção, circulação e adoção de textos escolares de professores

Giselle Baptista Teixeira* e
Alessandra Frota de Schueler**

Resumo:

Neste artigo apresentamos alguns resultados de pesquisa sobre produção, aprovação e adoção de livros para uso das escolas públicas primárias cariocas na segunda metade do século XIX. Na análise privilegiamos, especialmente, a atuação de professores e professoras primárias como autores e/ou tradutores de textos. Sustentamos a hipótese de que esses professores, homens e mulheres, se destacaram por sua atuação como intelectuais do ensino e da cidade. Intelectuais que, desempenhando e disputando a *função-autor*, participaram na produção de saberes, textos, materiais e livros escolares, interferindo na configuração da cultura escolar na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave:

livros escolares; professores autores; ensino primário; Rio de Janeiro; século XIX.

* Mestre em educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora da rede pública municipal de Mesquita (estado do Rio de Janeiro), pesquisadora do Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ).

** Professora adjunta de história da educação da Faculdade de Educação da UERJ. Pesquisadora do NEPHE/UERJ.

Books for the carioca elementary school in the Nineteenth century:

production, circulation and adoption of teacher's school texts

Giselle Baptista Teixeira and
Alessandra Frota de Schueler

Abstract:

In this article we present some results of the research about the production, approval and adoption of books for the use of the carioca elementary public schools in the second half of the Nineteenth century. In the analysis we privileged, especially, the elementary teachers' actuation as authors and/or texts translators. We support the hypothesis that these teachers, men and women, stood out because of their actuation as city and teaching intellectuals. Intellectuals that, fulfilling and disputing the author-function, participated in the production of knowledge, texts, materials and school books, interfering in the configuration of the school culture in the city of Rio de Janeiro.

Keywords:

school books; teachers authors; elementary teaching; Rio de Janeiro; Nineteenth century.

Introdução

No presente artigo apresentamos alguns resultados de pesquisa sobre produção, aprovação e adoção de livros escolares para uso das escolas públicas primárias cariocas, na segunda metade do século XIX, momento de significativas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais na cidade do Rio de Janeiro, Corte imperial e, posteriormente, no regime republicano, capital federal, centro político e cultural do país. Nesse período, tanto o Estado quanto as instituições escolares estavam se constituindo, juntamente com novas representações sobre a *nação* e a educação brasileiras. Tais transformações repercutiram, por exemplo, na ampliação das demandas do ensino primário e secundário e também no mercado editorial, com investimentos em produções de livros, textos e materiais escolares. Cabe lembrar que para que pudessem ser utilizados nas escolas públicas e particulares, primeiramente, os livros e materiais de ensino deveriam ser previamente aprovados pelo governo imperial. Além de avaliar as obras, aprovando-as ou não, os órgãos responsáveis pela instrução pública também selecionavam e recomendavam aquelas que seriam adotadas nas escolas e instituições educacionais mantidas pelos cofres públicos.

Na análise privilegiamos, especialmente, a atuação de professores e professoras primárias da cidade como autores e/ou tradutores de textos para o ensino no nível primário. Para tanto, seguimos a sugestão teórico-metodológica de Bittencourt (2004a) que, ao analisar o problema da autoria e as relações entre autores e editores de compêndios e livros de leitura, no período entre 1810 e 1910, salientou a importância de se estudar os autores dos textos escolares e as transformações ocorridas na função-autor, problemática ainda pouco presente nas investigações sobre a história do livro, especialmente o livro didático.

Por meio da pesquisa realizada na Série Instrução Pública do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), entre os anos de 1854 e 1889, em diversificados códigos relativos à escolarização do município da Corte, pudemos percorrer os procedimentos de encaminhamento e avaliação de textos escolares e os processos de impressão e editoração,

ou seja, a consolidação e a transformação dos manuscritos apresentados pelos autores em livros e obras destinadas ao consumo escolar, o *mise en livre*, como diria Roger Chartier (2003). Embora de forma fragmentada e dispersa, foi possível acompanhar este processo, por meio do cruzamento de fontes variadas, entre as quais destacam-se: ofícios e cartas contendo o oferecimento de suas obras e compêndios traduzidos do estrangeiro, encaminhados pelos respectivos autores às autoridades do ensino; pareceres dos avaliadores referentes à aprovação e adoção, ou não, de livros escolares; atas do Conselho de Instrução Pública, abordando a avaliação dos textos ou determinando os procedimentos para a aprovação, impressão e pagamento dos prêmios aos referidos autores, no caso daquelas obras premiadas ou adotadas pelo governo para as escolas públicas; notas fiscais emitidas por tipografias e livrarias à Secretaria de Instrução Pública com a discriminação da quantidade e dos valores dos livros fornecidos; ofícios de professores e delegados de instrução, contendo pedidos de compra das obras autorizadas para uso de suas escolas; relatórios do inspetor-geral de Instrução Primária e Secundária e do ministro do Império, entre outros documentos.

No complexo percurso que envolvia a produção dos textos e sua transformação em livros escolares (aprovação, impressão, edição, adoção, circulação e usos), mais do que consumidores passivos desses objetos, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, por meio da participação em comissões e conselhos e/ou a pedido do governo, seja produzindo tais compêndios. Professores primários e secundários passaram a elaborar livros e materiais didáticos, tornando-se assim autores de obras destinadas ao ensino. A presença das mulheres nos grupos de sociabilidade intelectual do período, como professoras e praticantes da escrita, não foi irrelevante, ainda que mais tímida em relação à masculina.

Assim, sustentamos a hipótese de que esses professores, homens e mulheres, se destacaram por sua atuação como intelectuais do ensino e da cidade. Intelectuais que, desempenhando, e disputando, a *função-autor*, participaram na produção de saberes, de objetos, de textos e livros escolares, interferindo nas representações em conflito a respeito da escola

primária e dos projetos educacionais em circulação na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Estado Imperial e a regulamentação dos livros na Corte: entre o controle e o incremento da produção de textos escolares

No processo de formação do Estado Imperial, após a Independência política, a instrução primária gratuita foi considerada um dos meios capazes de fomentar a constituição de laços entre os cidadãos e os poderes públicos (art. 179 da Carta de 1824). Integrando o rol dos direitos de cidadania¹, a instrução primária foi percebida como caminho possível para forjar a ideia de unidade, por meio da divulgação da doutrina católica, religião oficial do estado, da língua pátria, dos símbolos e das “inventadas tradições” nacionais, a partir de um programa civilizador implementado pelas classes senhoriais e dirigentes do Estado. Na utopia dos publicistas, defensores do desenvolvimento da instrução pública, a escola primária ou elementar surgia, ainda, como mecanismo para propiciar a introjeção de uma determinada ordem, na qual a população aprendesse a naturalizar as desigualdades sociais, respeitar as hierarquias, ter amor pela pátria e temor a Deus (Mattos, 1990; Martinez, 1997).

Desde a lei de 15 de outubro de 1827, os saberes a serem transmitidos pela escola primária foram prescritos pelo Estado imperial, na tentativa

-
1. Pela Constituição de 1824, os direitos de cidadania foram estabelecidos de acordo com os princípios liberais da liberdade e da propriedade. De natureza censitária, a cidadania era dividida em passiva (composta por aqueles indivíduos com menor capacidade renda – 200 mil réis anuais – e, por isso, poderiam ser apenas votantes nas eleições de primeiro grau, incluindo neste caso, os libertos) e ativa (composta por indivíduos com maior capacidade de renda – 400 mil réis anuais – e que poderiam ser eleitores nas eleições de segundo grau; ainda ser elegíveis, de acordo com os critérios de cada cargo ou função pública). Excluía-se, assim, os escravos e as mulheres. Para os critérios de definição de cidadania e as tensões sociais em torno da questão ao longo do Oitocentos, consultar: Carvalho (2007), Mattos (2000) e Nicolau (2002).

de organizar e controlar o currículo escolar, estabelecendo as diferenças de gênero já analisadas pela historiografia da educação (Louro, 1997; Gouvêa, 2004). Para os meninos, as matérias a ensinar eram a leitura, a escrita, as quatro operações de aritmética, a prática de quebrados, decimais e proporções, as noções gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios da moral cristã e os princípios de doutrina e religião católica apostólica romana. Para as meninas, esse currículo prescrito excluía o ensino de práticas de quebrados, decimais, proporções e geometria prática, ao passo que incluía o ensino de prendas da economia doméstica. Para ambos os sexos, recomendava-se que os exercícios de leitura deveriam ser preferencialmente realizados a partir de textos considerados fundadores da nacionalidade: a constituição do império e a história do Brasil (Tambara, 2003).

A regulamentação dos saberes e dos textos escolares a serem utilizados nos anos iniciais da escolarização continuou a ser objeto da legislação e da política educacional do Estado imperial, sobretudo a partir das décadas de 1830 e 1840, após os primeiros anos de profunda instabilidade social e política, que culminaram com o ato adicional de 1834, norma que determinou a descentralização das competências sobre o ensino primário e secundário, a partir de então colocados sob a responsabilidade das províncias, com exceção do município da Corte, cuja organização e administração pertencia ao governo central, por meio da pasta do dos Negócios do Império.

No caso do município da Corte, o processo de regulamentação da instrução primária e secundária e os dispositivos de controle sobre os saberes e os livros escolares se consolidariam a partir da chamada Reforma de Couto Ferraz (1854)², no mesmo momento em que se buscava cumprir as diretrizes do processo de centralização do Estado, com a concentração do poder político sob a direção das classes senhoriais vinculadas ao Partido Conservador (Mattos, 1990).

2. O regulamento de 17 de fevereiro de 1854 teve grande impacto na Corte imperial, tendo sido elaborado na gestão do então ministro dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Sobre essa reforma, conferir Gondra (2003).

Em relação aos programas curriculares das instituições escolares de ensino primário, o Regulamento de 1854 priorizava, em primeiro lugar, a instrução moral e religiosa (cujos livros e compêndios deveriam passar pelo crivo do bispo do Rio de Janeiro), a leitura e a escrita, noções essenciais de gramática, princípios básicos de aritmética, sistema de pesos e medidas do município. Essas disciplinas integravam o currículo das escolas primárias de primeira classe ou primeiro grau, tendo sido as únicas então criadas na Corte, embora o regulamento tivesse previsto a criação das escolas primárias de segunda classe ou segundo grau. Nessas escolas de segunda classe, idealizadas aos moldes da reforma de Victor Cousin na França da restauração monárquica, as matérias ministradas aproximavam-se do currículo das escolas secundárias, e no decorrer do século XIX, tenderam a ser incorporadas ao ensino primário pelas diversas reformas de ensino preconizadas. Destacaram-se, por exemplo, na Reforma Leôncio de Carvalho (abril de 1879), a introdução do ensino do sistema métrico decimal, das lições de coisas, dos princípios de economia política e das noções de agricultura e horticultura (para os meninos), das noções de economia doméstica (para as meninas), das noções de moral e civismo. Além desse conjunto de saberes, houve tentativas de modernizar a cultura escolar carioca, tornando o ensino religioso facultativo e introduzindo a coeducação dos sexos nas escolas primárias, que passaram a admitir meninos de até 10 anos de idade nas escolas femininas³.

Para viabilizar o ensino de um conjunto polimorfo, dinâmico, móvel e variável de saberes, ao contrário do que se pode imaginar, houve uma significativa produção de textos e livros escolares⁴, produção que

3. Na reforma proposta em 1886, já no ocaso do Império, pelo Barão de Mamoré, pretendeu-se reafirmar os princípios constitucionais do regime monárquico, recomendando-se a retomada da *leitura diária* da Constituição de 1824, do Código Penal do Brasil e dos livros que narrassem biografias de homens célebres, nacionais ou estrangeiros, cujas obras e ações tenham colaborado para o engrandecimento do Estado e da nação (Primitivo, 1937, p. 411).
4. Em pesquisa realizada sobre os livros utilizados nas escolas primárias e secundárias da Corte, entre 1854 e 1878, Teixeira (2005, pp. 41-44) encontrou, aproximadamente,

foi sendo intensificada na medida em que a escola primária adquiriu institucionalidade e passou a ser legitimada como lugar fundamental de instrução e educação da população⁵.

Nesse percurso de construção da escola, o livro foi entendido, e eleito, como um significativo colaborador das autoridades governamentais, já que ele poderia estar presente no cotidiano das escolas, seja com os alunos, seja com os professores, subsidiando suas aulas. De acordo com Bittencourt (1993), o professor, formado em sua maioria, na aprendizagem pela prática, deveria contar com o livro didático para dominar os conteúdos a serem transmitidos. Nessa perspectiva, eles podem ser compreendidos como modeladores das práticas docentes, assim como de sua formação.

Para que pudessem receber autorização do governo imperial para uso nas escolas oitocentistas, os textos e livros passavam por um complexo percurso e dependiam de intrincadas redes e relações de poder, que abrangiam desde a sua elaboração pelo autor, a aprovação pelo Conselho Diretor de Instrução e o encaminhamento para os procedimentos necessários à impressão pelas tipografias, editoras e livrarias. Apenas após esse percurso os livros poderiam chegar, finalmente, às salas de aula. Nessa rede de relações, sujeitos distintos eram envolvidos: autores, avaliadores, membros do Conselho de Instrução e autoridades do ensino, editoras, tipografias e livrarias, além dos próprios professores primários e secundários, responsáveis pelo ensino, pela divulgação e pela apropriação dos livros e obras escolares nas escolas (Bittencourt, 2004a).

43 títulos destinados ao ensino de leitura e escrita, e 33 para o ensino de religião, moral e civilidade.

5. O processo de escolarização e suas relações com o crescimento do mercado editorial e da produção de livros didáticos vêm sendo objeto de estudo de pesquisas provenientes de campos disciplinares diversos, como a história do livro, a história das disciplinas escolares e a história da educação. Entre outros, conferir: Bittencourt (1993, 2004a); Batista, Galvão e Klink (2002); Bragança (1999, 2007); El Far (2003, 2006); Faria Filho (2000); Gasparello (2004, 2007); Gasparello e Villela (2003); Gondra (2003); Hallewell (1995); Martinez (1997); Oliveira, Ranzi et al. (2003); e Vidal (1999, 2005).

Na Corte, por meio do Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, criou-se a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária que, entre outras funções, deveria rever os compêndios adotados nas escolas públicas, corrigi-los e fazê-los corrigir, e substituí-los quando necessário. Este órgão também era responsável pela convocação do Conselho de Instrução Pública⁶, que deveria examinar os melhores métodos e sistemas práticos de ensino, bem como, designar e rever os compêndios utilizados. Em relação às escolas públicas, assim compreendidas aquelas mantidas por recursos estatais, o Regulamento de 1854 determinava a responsabilidade do governo no cumprimento das despesas com fornecimento de livros e outros objetos necessários ao ensino, havendo ainda um dispositivo que obrigava o Estado a fornecer “vestuário decente e simples” aos “meninos indigentes”.

No processo de aprovação dos textos originais apresentados pelos autores ao governo, estes eram encaminhados pelo Conselho de Instrução a pessoas consideradas “idôneas” e que fossem de confiança das autoridades, sendo uma significativa parcela desses avaliadores composta pelos próprios pares, ou seja, professores das instituições públicas primárias, secundárias e superiores de ensino, conforme o caso. Ao mesmo tempo em que previa esse controle sobre os livros, o governo incentivava a produção dessas obras, ao organizar concursos e garantir prêmios às pessoas que compusessem ou traduzissem compêndios para uso escolar, conforme consta nos artigos 56 e 95 do Regulamento de 1854⁷:

-
6. Compunham o Conselho Diretor da Instrução Pública os seguintes membros: o inspetor-geral de Instrução Primária e Secundária (presidente), o reitor do Colégio Pedro II, dois professores públicos e um particular de instrução primária ou secundária, que se houverem distinguido no exercício do magistério, e forem designados pelo governo para mandato de um ano. Também cabia a esse conselho criar novas cadeiras; analisar o sistema e matéria dos exames; opinar sobre todos os assuntos literários que interessassem a instrução primária e secundária; julgar as infrações disciplinares de professores e diretores passíveis de punições mais graves (Primitivo, 1937, p. 15).
 7. Ainda de acordo com o art. 56, a adoção de livros que contivessem matéria do ensino religioso ficava a cargo da Igreja católica, que era responsável pela aprovação de tais obras, em razão da imbricação entre Estado imperial e a Igreja apostólica romana, no regime do padroado.

Art. 56 – Nas escolas públicas só podem ser admitidos os livros autorizados competentemente.

São garantidos prêmios aos professores ou a quaisquer pessoas que compuserem compêndios ou obras para uso das escolas, e aos que traduzirem melhor os publicados em língua estrangeira, depois de serem adotados pelo governo [...]

Art. 95 – O Governo garante prêmios na conformidade da 2ª parte do art. 56 aos que compuserem ou traduzirem compêndios, os quais serão sujeitos à disposição do 4º do art. 3º combinada com o art. 4º.

As atividades do Conselho Diretor de Instrução Pública da Corte, nos primeiros anos de vigência da Reforma Couto Ferraz, apontavam para a preocupação com a escolha e a garantia de controle e uniformidade dos métodos e objetos de ensino, inclusive livros e compêndios escolares. No relatório do inspetor-geral de Instrução, Eusébio de Queiroz, em 1855, a lista de livros adotados pelo governo, com seus respectivos autores e tradutores, foi assim discriminada:

Catecismo de Fleury, traduzido pelo ex-diretor das escolas, Joaquim José da Silveira;

Gramática Nacional, de autoria de Cirilo Dilermando da Silveira;

Coleções de Fábulas, de Justiniano José da Rocha;

História Universal, de Pedro Parley, traduzido pelo desembargador Lourenço José Ribeiro;

Harmonias da Criação, pelo dr. Caetano Lopes de Moura;

Traslados Calígrafos, de Cirilo Dilermando da Silveira.

O inspetor-geral afirmava que o Conselho de Instrução recomendou a adoção de compêndios de história do Brasil já publicados, devendo para tanto ser consultado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB),

para “guiar” a escolha dos melhores e mais adequados às escolas públicas primárias e secundárias. Entre as lacunas na impressão de livros para as escolas, as atas do conselho indicavam a ausência de livros de leitura, abecedários e silabários, para os quais até aquele momento não se havia ainda procedido à seleção e adoção oficiais (Relatório do inspetor-geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, 1855).

Nos anos seguintes, ao noticiar o uso do método português de leitura do professor Castilho, os relatórios oficiais informavam que o governo, na Corte e nas províncias, aguardava resultados parciais de experiências com novos métodos de ensino desta disciplina, que se realizavam por professores em suas escolas primárias. Na capital do Império, os ensaios estavam sendo realizados nas escolas públicas das Freguesias de Santana e Santa Rita, no centro da cidade, com aplicação das propostas de métodos organizadas pelos professores Francisco Alves da Silva Castilho, da Escola Pública de Campo Grande e do bacharel em matemáticas, Eduardo de Sá Pereira Castro. Como veremos a seguir, o método de leitura e os livros destes professores seriam aprovados, recomendados e adotados, sendo que as obras de Francisco Castilho tiveram ampla utilização nas escolas públicas primárias da cidade.

No processo de emergência de livros escolares e de escritores nacionais, uma “primeira geração” de autores (aproximadamente entre 1827 e 1880), foi responsável pela elaboração de livros marcados pelo caráter moral e patriótico e pela preocupação com a fundação da nacionalidade e com a construção do Estado. Identificada por Bittencourt (2004a) como integrante de um grupo intelectual vinculado ao poder do Estado, estes intelectuais pertenciam às elites políticas e culturais e partilhavam o pertencimento a prestigiosas instituições científicas, acadêmicas e literárias, como o IHGB, a Escola Militar, o Colégio Pedro II e as instituições superiores de ensino.

No entanto, na segunda metade dos Oitocentos, juntamente com a expansão do mercado editorial e com a consolidação das editoras e livrarias interessadas no ramo dos livros escolares, uma “segunda geração” de autores começou a se delinear, marcada pelas discussões liberais a respeito da ampliação da escolarização e da cidadania. Conforme

Bittencourt (2004a), entre os anos de 1880 e 1910, é possível observar significativas transformações no perfil dos autores e nas relações que estes estabeleceriam com o Estado e com o mercado editorial. Nesse momento, a atuação docente, a experiência pedagógica, o conhecimento sobre a realidade cotidiana das escolas, e dos alunos, passaram a ser valorizadas como credenciais importantes para a criação de textos, livros e outros materiais destinados às escolas. A produção de textos escolares pelos professores primários e secundários foi, então, cada vez mais incentivada pelos poderes públicos e pelo mercado editorial em franca expansão (Bittencourt, 2004a, p. 480).

Mais do que consumidores passivos desses objetos para auxílio de suas aulas, os professores tornaram-se sujeitos ativos, seja analisando e avaliando as obras que deveriam ser autorizadas para uso das escolas, a pedido do governo imperial, seja produzindo tais compêndios (Schueler & Teixeira, 2006). Para tanto, na busca de sua consolidação como intelectuais do ensino e autores de livros didáticos, deveriam dominar e observar um conjunto de critérios para que seus textos fossem aprovados para uso escolar. Por essas razões, os autores, em princípio, deveriam seguir os programas e diretrizes oficiais. Evidentemente, importava, ainda, o lugar dos autores nos campos político, educacional e social. Mas, além disso, dependiam dos editores, os fabricantes do texto em livro, dependência que se verificava desde o aceite da obra para a publicação às interferências e alterações contratuais nos originais, já na primeira edição ou nas reedições, muito comuns no mercado editorial de livros escolares (Bittencourt, 2004a, p. 479).

Portanto, a produção dos livros fazia, e faz, parte de um complexo jogo de relações de poder, que devem ser consideradas para melhor compreendermos a emergência e a permanência do livro dentro de uma determinada sociedade e cultura escolar. Dentre estas, podemos citar, a tessitura das redes de relações dos autores com autoridades civis e eclesásticas, bem como com tipografias, editoras, livrarias e imprensa; as estratégias de acesso ao mercado editorial e os mecanismos de divulgação das obras; a compatibilidade do conteúdo dos textos escolares aos interesses e diretrizes educacionais predominantes; a linguagem escrita,

a forma e materialidade do livro⁸; a circulação, a recepção e as práticas de apropriação das obras pelo público e pelos professores nas suas aulas, entre outras. Como pudemos observar, a atuação do governo imperial em relação aos livros de uso didático combinava os procedimentos de controle⁹, aprovando e/ou reprovando autores e obras, com uma política de incentivo e incremento da produção de textos escolares e do mercado editorial, cuja expansão na Corte foi relevante, sobretudo a partir das décadas finais do século XIX.

O crescimento da produção de textos e livros das mais variadas disciplinas escolares pode ser também observado por meio da análise da documentação manuscrita que compõe a Série Instrução Pública do AG-CRJ, a qual evidencia a ampla produção e circulação de obras escolares.

O circuito dos livros escolares na Corte: professores primários como autores

Em ofício datado de 3 de setembro de 1873, Antonio Estevam da Costa e Cunha, professor primário da escola pública de meninos da Freguesia do Sacramento, coração da cidade do Rio de Janeiro, oferecia ao governo imperial um dos seus textos, dentre os vários que publicou para

-
8. Em relação à questão da materialidade dos livros, Chartier (1999) alerta que é preciso levar em conta que as formas produzem sentidos, já que contribuem para modelar as expectativas do leitor, além de convidar à participação de outros públicos e incitar novos usos. Portanto, as formas dos livros comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, sugerem, ao menos, os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis.
 9. A respeito da preocupação permanente com o controle sobre os livros e os usos dos materiais escolares pelos professores nas escolas, foi relevante a publicação do decreto n. 9.397, de 7 de março de 1885, pelo qual se determinava que “nenhum livro, mapa ou objeto de ensino será adotado nas escolas públicas sem prévia aprovação do Ministro do Império, ouvido o Conselho Diretor, que dará parecer fundamentado”. Determinava ainda, a organização, pelas autoridades responsáveis, de um catálogo dos livros e trabalhos adotados pelo governo, que continuariam em uso até a realização de um concurso geral de compêndios e obras, concurso este também proposto pelo referido decreto (Primitivo, 1937, p. 532).

uso das escolas entre os anos de 1860 e 1880. O ofício que enviou às autoridades indica que, em princípio, a iniciativa de impressão dos escritos didáticos corria por conta dos próprios autores, que lançavam mão das pequenas tipografias¹⁰, livrarias e editoras, que então se interessavam, e disputavam entre si, pela publicação de livros escolares. De acordo com Bittencourt (2004a), tal procedimento, comum entre os autores da geração de 1870 e 1880, revelava a existência de um perfil heterogêneo de autores, formado tanto por renomados diretores de escolas particulares (como Abílio César Borges, Menezes Vieira e João Köpke) quanto por professores e professoras anônimas, que, de forma relativamente autônoma, buscavam espaço e reconhecimento no mercado de livros escolares (Bittencourt, 2004a, p. 483).

O professor Antonio Estevam da Costa e Cunha, tendo publicado o trabalho intitulado *Exposição do Systema Métrico Decimal*, em 1862, numa tipografia, informava ao governo que a primeira edição já havia se esgotado. Solicitava, então, ao Conselho Diretor de Instrução Pública que submetesse a dita obra à avaliação, a fim de que fosse o livro aprovado e adotado nas escolas públicas, obrigando-se a fazer quaisquer alterações por ventura recomendadas pelos avaliadores. Justificava seu pedido com o argumento de autoridade de quem possuía larga prática profissional, posto que contava mais de “vinte e dois anos de magistério”. Confirmando a hipótese de que as experiências pedagógicas nos cursos primários, secundários e superiores passaram a ser valorizadas pelas autoridades e pelo mercado editorial (Bittencourt, 2004a, p. 483), o professor primário demonstrava a suposta qualidade da sua produção didática em razão do longo tempo de efetivo exercício docente. A esses atributos, Antonio Estevam acrescentava um outro, não menos importante na sua justificativa:

10. As pequenas tipografias também ofereciam seus livros ao governo imperial para aprovação e adoção nas escolas públicas. Ver, por exemplo: Ofício de Manoel Francisco da Silva Jr., dono da empresa Typographia e Encadernação, oferecendo 200 exemplares do título *História da Boa Menina*, caso o mesmo fosse aprovado (AGCRJ. Códice 11.4.33, fls. 60. Ofício de 25/01/1879). As tentativas do tipógrafo não parariam por aí: em 16/10/1879, oferecia ao governo as obras *Noções de vida doméstica* e *Noções de vida prática*, ambas de Félix Ferreira.

onerado de família, e mal podendo prover as primeiras necessidades da vida com os ténues vencimentos que recebo, rogo a V. Ex^a toda a possível proteção para um professor que tem até hoje buscado desempenhar satisfatoriamente o seu encargo e que se esforça pelo progresso da instrução de seu país [AGCRJ, Código 10.4.18, fls. 62].

As dificuldades materiais impostas pela pequena remuneração do trabalho docente no ensino público primário, aliada às suas responsabilidades com a manutenção da família – aliás, fato não raro na Corte, cabe ressaltar que sua família era composta por vários professores em exercício –, serviam como motivação para as súplicas desse professor, no sentido de obter a aprovação e a chancela oficial para o seu texto sobre o sistema métrico decimal. A utilização de tal argumento demonstrava a crescente relevância econômica do mercado editorial de livros didáticos e, sobretudo, a importância do reconhecimento governamental para o sucesso dos autores e das obras, junto aos editores e ao público escolar (Bragança, 1999, 2007). Além disso, nesse ramo do mercado, no Brasil, o Estado vem-se constituindo, historicamente, um dos maiores consumidores, o que se pode observar já na segunda metade do século XIX (Hallewell, 1995)¹¹. Portanto, além do interesse pedagógico dos professores de divulgar novos métodos e conteúdos para o ensino, alcançando uma posição de distinção e destaque na formação das novas gerações, os retornos financeiros também pareciam incentivar os escritores de livros escolares (Bittencourt, 2004a, p. 488).

Na Série Instrução Pública do AGCRJ, é possível acompanhar pedidos de vários professores e professoras primárias da cidade solicitando que o

11. Em contrapartida, há indícios de que no mercado de livros escolares, negociar com o governo, ou editar obras pela tipografia oficial, poderia ser mais vantajoso para os autores no que toca à divisão dos lucros pelas vendas. Nesse sentido, conferir ofício enviado pelo professor Felipe da Mota de Azevedo Correia ao inspetor de Instrução Primária, solicitando a edição de seus compêndios pela tipografia da Corte. Alegava que, embora houvesse “*muitos editores querendo imprimir seus livros*”, ele, autor, ficava sempre com a “*menor parte dos lucros, ficando a maioria com as editoras*” (AGCRJ, Código 10.4.18, fls. 74. Ofício de 01/10/1872). Em 21 de outubro de 1872, o professor enviou vários manuscritos de obras de sua autoria para avaliação do Conselho, segundo consta em ofício de fls. 75 do referido código.

governo submetesse à avaliação, pelo Conselho de Instrução Primária e Secundária, as obras de sua autoria, ou as traduções realizadas de textos estrangeiros¹². Em alguns casos, os pareceres e as respostas do conselho foram positivas, o que significava o sucesso do pleito de aprovação das obras, e em alguns casos, a adoção oficial para uso nas escolas públicas. Uma das formas de incentivar a produção desses textos escolares pelo Estado imperial, como já vimos, era a realização de concursos com pagamento de prêmios aos vencedores, pagamento nem sempre garantido, ou efetivado sem tensões, como demonstram uma série de ofícios de autores reclamando do atraso e, até mesmo, do não recebimento das quantias a que tinham direito por força do Regulamento de 1854 (Teixeira, 2005)¹³.

Assim, ao contrário do que poderíamos pensar, entre o encaminhamento dos livros pelos professores autores e a aprovação governamental, e mais ainda, entre essa e a sua adoção para consumo oficial, o caminho não era nada fácil, linear ou imediato. Um pedido encaminhado ao Conselho de Instrução Primária e Secundária da Corte nos fornece alguns elementos para compreender o complexo circuito dos livros escolares, a partir da oferta ao governo pelos professores primários, autores autônomos da cidade, para usar a expressão proposta por Bittencourt (2004a).

Francisco Alves da Silva Castilho, professor público da Freguesia de Campo Grande, área rural do Rio de Janeiro, já conhecido das autoridades desde a década de 1860 pela experimentação de seu método de leitura¹⁴, expunha suas “lamentações de autor” ao governo:

-
12. Professores e autores de outras localidades do Império também ofereciam seus livros ao Conselho de Instrução da Corte, provavelmente em virtude da hegemonia do mercado editorial da capital do país. Em 3 de outubro de 1873, o professor Manoel Jesuino Ferreira propunha ao governo a compra 10.000 exemplares de seu compêndio *Segundo livro de leitura*, segundo ele já editado e esgotado na Bahia.
 13. Ver, por exemplo, ofício de Augusto Emilio Zaluar cobrando pessoalmente ao ministro do Império os prêmios a que tinha direito pela adoção de seus livros *Primeiro livro da infância* e *Primeiro livro da adolescência*, em 12 de abril de 1876 (AGCRJ. Códice.11.4.5. fls. 76). Requerimento de igual teor foi enviado às autoridades pelo diretor de escola, dr. Menezes Vieira (AGCRJ. Códice 11.4.5, ofício de 18/07/1876).
 14. Castilho publicou as seguintes obras: *Methodo para o ensino rapido e aprazivel de ler impresso, manuscripto e numeração*, e *de escrever* (1850), *Manual explicativo ou*

Se não visse V. Exa. com tão boas disposições de animar os professores públicos na organização de compêndios para o ensino primário não sairia jamais do meu propósito oferecido hoje a sua consideração algumas obras por mim organizadas para esse fim.

Fui, a saber, o primeiro que se apresentou com trabalho para o ensino primário, e tendo começado método de leitura diverso de tudo o que conheço para este ensino, não só tive de mostrar as suas vantagens em uma experiência praticada na Corte com meninos e com adultos [...], como também demonstrei por meio de uma publicação em separar as bases naturais e os princípios psicológicos de sua organização, o que o torna um método verdadeiramente nacional. Apesar, porém, de resultados os mais satisfatórios, como declararam os professores públicos e oficiais do exército que assistiram as provas desta experiência, todo esse trabalho foi dispendioso e ficou esquecido [...]

Depois deste método publiquei ainda alguns pequenos trabalhos para o ensino do primeiro grau, conforme compreendo os limites deste ensino, bem como o alcance da inteligência dos alunos. Nunca tive em vista corrigir doutrina alheia, mas unicamente expor a matéria do ensino de modo que maior facilidade ofereça a compreensão do discípulo. Neste empenho teria continuado se não visse preteridos os meus trabalhos na adoção de compêndios escolares... Assim aconteceu com o meu compêndio intitulado “Preliminares de Gramática [AGCRJ, Códice 10.4.18. Fls. 158-159, Ofício de 15/10/1873].

A citação, apesar de longa, é importante por revelar as condições e os percalços a que os professores, interessados em ver seus métodos de ensino e textos reconhecidos, publicados e referendados pelo governo, precisavam se submeter. Além de bancar os custos de impressão e edição, por sua própria conta e risco, os autores de métodos e compêndios

methodo de leitura denominado Escola brasileira (1859), *Methodo de leitura para o ensino dos meninos e adultos* (1863), *ABC de amor, ou mehodo ameno de ensinar as moças* (1864) *Preliminares de grammatica* (1864), *Grammatica pittoresca ou systema grammatical explicado pela arvore da sciencia* (1864), *O principio da sabedoria é o temor de Deus* (1872).

deveriam comprovar a utilidade e a eficácia prática das inovações. Experimentação com os alunos, exposição pública e avaliação pelos pares, professores públicos e demais autoridades, consistiam em passos fundamentais para que um método ou um compêndio fosse adotado pelo governo. As disputas entre os métodos, sobretudo no campo do ensino da leitura e escrita, revelavam as tensões que envolviam a consagração dos autores no mercado editorial, no momento em que se preconizava a “nacionalização” dos livros, obras e materiais didáticos (Feijó, 2005; Bragança, 2007; Frade; Maciel, 2006).

Inconformado com a preterição de seus compêndios, Francisco da Silva Castilho expunha ainda as motivações que o levavam a insistir na solicitação de adoção de seus livros, os quais, segundo ele, compunham um verdadeiro *sistema*, um método ideal para a *Escola Brasileira*:

Não me dão vistas de interesse que me levam a pedir a adoção destas obras, porém o desejo de ver aprovado um trabalho em que me ocupei com sacrifícios, e somente em atenção às necessidades do ensino, pois havendo reconhecido a falta de um sistema de compêndios escolares dispus-me a ir fazendo, neste sentido, o que pudesse, tomando para todos o título de *Escola Brasileira* pela razão declarada no Manual Explicativo deste método, opúsculo que também aqui ofereço a V. Ex^a [...] [AGCRJ, Códice 10.4.18. Fls. 158-159, Ofício de 15/10/1873].

Apesar de todas as dificuldades narradas, e provavelmente em razão de sua persistência, em 1877, Francisco da Silva Castilho já havia sido agraciado com a adoção dos seus livros, que foram bastante utilizados nas escolas primárias, conforme atestam os documentos oficiais¹⁵. No Relatório do Ministério do Império¹⁶, havia uma lista dos *Professores pú-*

15. Igualmente, em 10 de setembro de 1878, o professor primário Carlos Soares Brazil encaminhou ao inspetor-geral parecer favorável à adoção de outra obra de Francisco Castilho, especificamente a sua “*Preliminares de Gramática*” que, segundo o autor, teria sido anteriormente preterida pelo governo. Consultar: AGCRJ. Códice 11.4.33, fls. 42.

16. Segundo Martinez (1997), os Relatórios do Ministério do Império nos fornecem indicações do movimento oficial para incentivar a instrução primária na cidade do

Professores publicos que têm escripto trabalhos didacticos.

D. Guilhermina de Azambuja Neves.—Um livro de leitura denominado Entretenimentos sobre os deveres de civilidade.

D. Luiza Emilia da Silva Aquino.—Rudimentos de arithmetica sobre os numeros inteiros.

Antonio Estevão da Costa e Cunha.—Um compendio de historia sagrada, Nova selecta dos autores classicos, um compendio de analyse syntactica.

Antonio José Marques.—Um compendio de systema metrico.

Augusto Candido Xavier Cony.—Um compendio de grammatica portugueza.

Carlos Augusto Soares Brazil.—Um compendio de pedagogia, um compendio de arithmetica, um compendio de systema metrico organizado por pontos com as respectivas applicações, um syllabario e elementos de arithmetica para a infancia.

Francisco Alves da Silva Castilho.—Methodo de leitura para ensino de meninos e adultos, transparentes para o ensino da escripta, quadros de leitura, principio da sabedoria, preliminares de grammatica, arvore da sciencia ou grammatica da sciencia.

Januario dos Santos Sabino.—Um livro de leitura graduada.

João da Matta Araujo.—Um compendio de orthographia e um syllabario.

João Rodrigues da Fonseca Jordão.—Um compendio de systema metrico e um flo- rilegio.

João José de Poveas Pinheiro.—Um livro de leitura.

Manoel José Pereira Frazão.—Um compendio de arithmetica, um compendio de grammatica portugueza, uma taboada, e um compendio de geographia do Brazil.

blicos que têm escripto trabalhos didacticos, na qual figurava o nome de Castilho, entre outros autores, membros do magistério público da cidade:

Esse documento confirma a prática de produção dos livros escolares por parte dos professores que, muitas vezes, possuíam mais de uma obra publicada, processo que integrava as políticas e as ações de inspeção/fiscalização/controle promovida pelas autoridades governamentais sobre a *formação do povo*, bem como sobre as transformações nos currículos, programas e nos saberes a ensinar (Teixeira, 2005).

Nas décadas de 1870 e 1880, vários compêndios e métodos de autoria dos professores públicos e particulares da Corte, para o ensino de várias

Rio de Janeiro, já que um dos seus objetivos era demonstrar a ação das autoridades em prol do “bem público”, sendo possível perceber, através desta documentação, os significados e as intenções dos dirigentes imperiais ao preconizarem o desenvolvimento da instrução, bem como, com muitas limitações, mensurar o crescimento das instituições públicas na cidade.

disciplinas escolares, foram aprovados, como, por exemplo, os livros de: Antonio Estevam da Costa e Cunha¹⁷, Antonio Pinheiro de Aguiar¹⁸, Augusto Candido Xavier Cony¹⁹, Candido Matheus de Faria Pardal²⁰, Carlos Augusto Soares Brazil²¹, Guilhermina de Azambuja Neves²², Luiza Emilia da Silva Aquino²³, Januário dos Santos Sabino²⁴, José João de Póvoas Pinheiro²⁵,

17. De acordo com Sacramento Blake (1899), Costa e Cunha publicou *Historia sagrada do antigo e novo testamento* (1876), *Novo methodo theorico e pratico de analyse sintática ara uso do imperial collegio de Pedro II e da escola normal da corte* (1874), *Nova selecta dos antigos clássicos Bernardes, frei Luiz de Souza, Rodrigues Lobo e Luiz de Camões, seguida do programma para os exames de preparatórios* (1877), *Primeiro livro ou expositor da lingua materna* (1883), *Memória sobre as escolas mormaes* (1878), *Grammatica elementar portugueza* (1880), *Manual do examinando portuguez* (1883), *Viagem de uma parisiense ao Brazil: estudo e critica dos costumes por mad. Toussaint Simon* – tradução (1883), colaborando também com a revista *Instrução nacional: revista de pedagogia, sciencias e letras* (1874).
18. Pinheiro publicou o método Bacadafá. Sobre o método, conferir Schueler (2005).
19. Cony escreveu *Arithmética adaptada às escolas primarias do primeiro grau* (1880), *Memória sobre asylos infantis, ou estudos destas instituições* (1882), *Nova grammatica portugueza de Bento José de Oliveira, modificada e reduzida a compendio elementar* (sem data), e colaborou com artigos para a *Instrução nacional: revista de pedagogia, sciencias e letras* (1874).
20. Faria Pardal publicou *Grammatica analytica e explicativa da lingua portugueza* (1871).
21. Soares Brasil escreveu *Systema métrico decimal* (1874), *Elementos de arithmetica para a infância*.
22. Guilhermina publicou *Methodo brasileiro para o ensino da escripta: collecção de cadernos, contendo regras e exercicios, contendo modelos, tabellas, taboadas, regras, explicações, exercicios e problemas sobre as quatro operações* (1882), *Methodo intuitivo para ensinar a contar* (1881), *Entretenimentos sobre os deveres de civilidade colleccionados para uso da puerícia brasileira de ambos os sexos* (1883).
23. Luiza escreveu *Rudimentos arithmeticos* (1877).
24. Sabino publicou o *Primeiro livro ou expositor da lingua materna* (1878), *Curso methodico de leitura: segundo livro ou colleção de leitura graduada pelos mesmos* (1878), *Selecta nacional, composta de trechos dos melhores poetas nacionais e organizada para uso das escolas primarias* (1883).
25. Pinheiro escreveu *Taboadas seguidas da forma da doutrina para uso de seus discipulos* (1882), *O livro dos principiantes para uso de seus discipulos* (1883), *Doutrina christã, forma e explicação, compilada para uso de seus discipulos* (1883), *Noções elementares de hygiene, physuca e chimica por M. Pape Carpentier* – tradução (1881), *Tratado elementar de musica, publicado em França por Ad. Riou* – traduzido e anotado (1877), *Noções elementares de desenho linear* (1877)

João da Mata Araújo²⁶, João Rodrigues da Fonseca Jordão²⁷, Joaquim José de Amorim²⁸ Carvalho Joaquim José de Menezes Vieira²⁹, Maria Guilhermina Loureiro de Andrade³⁰, Manoel José Pereira Frazão³¹, entre outros³².

No entanto, se uma parcela destes professores obteve a chancela do Estado e alcançou a adoção dos seus livros, ou, ao menos, a aprovação dos mesmos, uma grande quantidade entre eles não foi tão bem sucedida. Em algumas cartas e ofícios endereçados pelas autoridades competentes aos autores, comunicando o teor dos pareceres emitidos pelos avaliadores, podemos observar a recusa de muitos títulos e nomes, bem como a existência de recomendações e sugestões de alterações nos originais.

Apenas para citar um caso, em 25 de janeiro de 1872, a professora primária Thereza Leopoldina de Araújo, da freguesia de Santa Rita, encaminhava ao governo a tradução que fez do *Manual de pedagogia e de*

-
26. Araújo publicou *Lições praticas de orthographia ou livro para o dictado nas escolas primarias* (1887).
 27. Jordão escreveu *Exposição do systema métrico decimal* (1862), *Florilégio brasileiro da infância* (1874).
 28. Amorim Carvalho em 1879 publicou *Postillas de gramática portugueza*, *Postillas de gramática francesa*, e, em 1883, os livros *Palestras com os meus* e *Manual de filosofia*.
 29. Menezes Vieira escreveu *Primeiras noções de grammatica portugueza* (1877), e uma coleção de livros compilados para a infância, como, *O livro de Nenê* (1877), *Manual para os jardins de infância* (1882), *Exercícios de escripta para aprender a escrever brincando* (sem data).
 30. A professora publicou: *Aritmética da Infância* (1881), *Parecer sobre a organização dos Jardins de Infância para o Congresso de Instrução do Rio de Janeiro* (1883), *Cultura de Kindergarten* (1888), *Livros de leitura*, *Série Graduada*, *Resumo da História do Brasil para uso das escolas primárias brasileiras* (1888), Ginn e Company, Boston, 1888. Sobre a trajetória da educadora, ver Chamon (2005).
 31. Frazão escreveu *Noções de geographia do Brasil para uso da mocidade brasileira* (1883), *Collecção de proverbios da lingua portugueza* (1890), *Rudimentos de arithmetica*. *Taboada* (1890), *Postillas de arithmetica* (1863), *Postillas de grammatica portugueza* (1874).
 32. Os pedidos de aprovação e os pareceres foram acompanhados, para alguns desses casos, nos códices 10.4.18, 11.2.8 a 11.2.30; 11.4.5, 11.4.33 e 12.1.8, todos pertencentes à Série Instrução Pública, riquíssimo acervo do AGCRJ.

metodologia, de autoria de Th. Brauss. Somente quatro anos depois, em 30 de março de 1876, após sucessivos pedidos de informações sobre a avaliação, a referida mestra recebeu comunicado oficial de que sua obra de tradução necessitava sofrer alguns “reparos”³³. Como não tivemos ainda acesso aos pareceres, não foi possível saber com mais detalhes a natureza das críticas e alterações sugeridas ao texto, ou as razões pelas quais a obra foi recusada.

Da mesma forma, para todos os pedidos aqui selecionados, ainda restam uma série de inquietações em aberto. Como propõe Bittencourt (2004a), cabe aos pesquisadores, interessados na história dos livros escolares, aprofundar as questões relacionadas às condições de possibilidade para o exercício da *função-autor*³⁴. Especialmente em relação à investigação iniciada sobre o circuito dos livros na Corte, na segunda metade do Oitocentos, há ainda necessidade de compreender melhor, por exemplo, quais os mecanismos e critérios de avaliação/seleção das obras didáticas? Que disputas, tensões, hierarquias e relações de poder, próprias dos campos educacional e editorial, interferiam nos processos de avaliação das obras, cujos exames eram realizados, na maioria dos casos, pelos próprios pares, professores das instituições primárias, secundárias e superiores? Em que redes institucionais, sociais e políticas deveriam investir, acessar e se mobilizar, os pretendentes ao exercício da autoria no mercado do livro escolar oitocentista?

33. AGCRJ. Códice 10.4.18, para ofícios de 1872 e Códice 11.4.5, para ofício de 1876.

34. Segundo Bittencourt (2004a), considerar a *função-autor* significar perceber aquele que escreve como personagem importante, posto que este fornece um nome próprio às obras e acentua o caráter de responsabilidade jurídica, civil e penal, em face dos processos de constituição dos direitos de propriedade das obras literárias. A partir do exercício da *função-autor*, há o estabelecimento de vínculos diversos entre autor e obra, vínculos estes relacionados às condições de produção dos textos e à diversidade de *status* entre os autores, que, por sua vez, também dependem da variação do *status* dos próprios campos nos quais os textos são historicamente produzidos: os discursos científicos e os discursos literários, por exemplo. Como argumenta a pesquisadora, “os conflitos, tensões, acordos, discriminações, satisfações, fazem parte da história dos autores dos livros e há necessidade de inclusão de outras fontes documentais” (Bittencourt, 2004a, p. 479).

Como sugeriu uma especialista no tema (Bittencourt, 2004), analisar as transformações da *função-autor*, incorporando as contribuições de Michel Foucault (1992) e de Roger Chartier (1999; 2003), implica em ampliar o foco das investigações já realizadas sobre a questão da autoria nos livros didáticos. Um outro olhar sobre os próprios livros didáticos, para além do seu conteúdo, privilegiando prefácios, prólogos, dedicatórias e as introduções, pode fornecer pistas sobre as representações dos professores autores e os possíveis diálogos com os seus prováveis, ou imaginários, leitores.

No entanto, para finalizarmos, por ora, esta reflexão sobre a participação docente na autoria de livros escolares na Corte, é preciso também investir numa mudança de perspectiva e das concepções que, muitas vezes, ainda hoje, fazemos a respeito dos professores primários. Aqueles professores e professoras, que, a partir da segunda metade do século XIX, se lançaram na produção de compêndios, textos e materiais escolares, ousando alçar um lugar no campo editorial, atuaram como intelectuais do ensino, participando de um grupo específico de letrados urbanos (Le Goff, 2003; Sirinelli, 2003). Afastando os preconceitos em relação aos autores de livros didáticos, geralmente considerados como escritores de “obras menores”, defendemos a hipótese, juntamente com outros pesquisadores (Boto, 2003; Bittencourt, 2004a; Gouvêa, 2006; Gasparello et al., 2003), de que este conjunto de professores autores constituiu um grupo heterogêneo de intelectuais. Intelectuais que, dedicados ao ensino, se envolveram também nas questões educacionais, sociais e políticas da cidade e da cidadania.

Assim como os mestres portugueses, analisados por Boto (2003) e Gouvêa (2006), os professores da Corte, ao produzirem obras, livros, compêndios, artigos para revistas especializadas ou trabalhos para as Conferências Pedagógicas, e ao participarem de atividades políticas e funções públicas, contribuíam para a conformação de uma ideologia da nação, enfatizando o *ser brasileiro* e a construção da nacionalidade por meio da escola, dos saberes e dos compêndios e, é claro, de sua própria responsabilidade intelectual como educadores.

Referências bibliográficas

ALVES, C.; MAGALDI, A.; GONDRA, J. (orgs.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

BATISTA, A.; GALVÃO, A. M.; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma morfologia. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro: ANPED, p. 17-47, 2002.

BATISTA, A. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, M. (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 529-575.

BLAKE, S. *Diccionario biobliographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set./dez. 2004a.

_____. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. *Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

BOTO, C. O professor primário português como intelectual: “Eu ensino, logo existo”. *Revista da História das Idéias*, Faculdade de Letras de Coimbra, v. 24, p. 85-134, 2003.

BRAGANÇA, A. A transmissão do saber, a educação e a edição de livros escolares. In: DUTRA, E.; MOLLIER, J.-Y. (orgs.). *Política*. Nação e edição. São Paulo: Annablume, 2007. p. 553-566.

_____. A política editorial de Francisco Alves e a profissionalização do escritor no Brasil. In: ABREU, M. *Leitura, história e história da leitura*. São Paulo: FAPESP, 1999. p. 451-476.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAMON, C. S. *Maria Guilhermina Loureiro de Andrade: a trajetória profissional de uma educadora*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

_____. *Escolas em reforma, saberes em trânsito: a trajetória de Maria Guilhermina Loureiro de Andrade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros: leitores, escritores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: UNB, 1999.

_____. *Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. São Paulo: Mercado das Letras, 2003.

EL FAR, A. *Páginas de sensação*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FEIJÓ, M. As adaptações dos clássicos para crianças na primeira metade do século XX e a nacionalização do livro escolar no Brasil. In: ABREU, M.; SCHAPOCHNIK, N. (orgs.). *Cultura letrada no Brasil*. São Paulo: Mercado de Letras, 2005. p. 453-472.

FARIA FILHO, L. A instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, L.; LOPES, E. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.

FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F. I. P. (orgs.). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: CEALE, 2006.

GALVÃO, A. M.; BATISTA, A. G. (orgs.). *Leitura: práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GASPARELLO, A. M. *Construtores de identidades: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira*. São Paulo: Iglu, 2004.

_____. Encontros de saberes: as disciplinas escolares, o historiador da educação e o professor. In: MONTEIRO, A. M.; MAGALHÃES, M.; GASPARELLO, A. M. (orgs.). *Ensino de história*. Sujeitos, saberes, práticas. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007. p. 73-90.

_____.; VILLELA, H. et al. *O nascimento de uma pedagogia: os professores/autores de livros didáticos na escola secundária brasileira (1860-1900)*. Projeto de pesquisa. Niterói: Faculdade de Educação/UFF, 2003.

GONDRA, J. A educação conciliadora: tensões na elaboração, redação e implantação das reformas educacionais. *Educação em Questão*, Natal: EDFURN, v. 12 e 13, n. 3/2, p. 51-63, jul./dez. 2000- jan./jun.2001, 2003.

_____.; SACRAMENTO, W. Luiz Pedreira do Couto Ferraz (verbete). In: FÁVERO, M. de L. A.; BRITTO, J. M. (orgs.). *Dicionário dos educadores no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília: UFRJ/INEP, 2002.

GOUVÊA, M. C. Mestre: profissão professor (a) – processo de profissionalização docente na província mineira no período imperial. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas: Autores Associados, n. 2, 2001.

_____. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, L. (org.). *A infância e sua educação*. Materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Discursos, saberes e poder: estudo das escritas de professores e especialistas nas revistas educacionais portuguesas (1880-1900). Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho História da Educação (GT2). In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED – Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade, 29., 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPED, 2006. 1. CD-ROM.

HALLEWELL, L. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queirós/EDUSP, 1995.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

LAJOLO, M. *Usos e abusos da literatura na escola*: Bilac e a literatura escolar na República Velha. Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LE GOFF, J. *Os intelectuais na Idade Média*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Editora Fundação UNESP, 1997.

MARTINEZ, A. *Educar e instruir*: a instrução popular na Corte imperial. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MATTOS, H. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

MATTOS, I. *O Tempo Squarema*. A formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

OLIVEIRA, A. T.; RANZI, S. M. F. (orgs.). *História das disciplinas escolares no Brasil*: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PFROMM NETO, S. et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/INL, 1974.

PRIMITIVO, M. *A instrução e o Império*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1937.

SCHUELER, A. O Método Bacadafá: leitura, escrita e língua nacional em escolas públicas primárias da Corte imperial (1870-1880). *História da educação*, Pelotas: ASPHE, n. 18, p. 173-190, set. 2005.

_____.; TEIXEIRA, J. Experiências e produção intelectual de professores primários na Corte imperial. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: s.ed., 2006. 1. CD-ROM.

SIRINELLI, F. Os intelectuais. In: REMOND, R. (org.). *Por uma nova história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

TAMBARA, E. *Bosquejo de um ostensor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil*. Pelotas: Seivas Publicações, 2003

TEIXEIRA, G. B. *Caminhos do saber escolarizado: produção, controle e circulação de livros nas escolas primárias da Corte Imperial*. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

VIDAL, D. *Culturas escolares*. Estudos sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005. (Col. Memória da Educação.)

_____.; CORTEZ, M. C. C. de S. (orgs.). *A memória e a sombra*. A escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

Endereço para correspondência:

Giselle Baptista Teixeira
Alameda São João, 3, quadra 10, letra Q
Figueira – Duque de Caxias-RJ
CEP 25230-680

E-mail: gizt2000@yahoo.com.br; gizt2000@hotmail.com

Alessandra Frota de Schueler
Rua Tupiniquins, 305, casa

São Francisco – Niterói-RJ

CEP 24360-260

E-mail: alefrotaschueler@gmail.com

Recebido em: 28 jan. 2008

Aprovado em: 8 abr. 2008